



**ILUSTRÍSSIMA SRA. PREGOEIRA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ - HUOP**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 151/2024**

**ECOLÓGICA OXIGÊNIO LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 04.486.774/0001-25, com endereço eletrônico [ecologicaoxigenio@hotmail.com](mailto:ecologicaoxigenio@hotmail.com), com sede na Rua Francisco Schelle, nº. 64, Parque São Paulo, Cascavel-PR, CEP: 85.803-730, no município de Cascavel – Paraná, nesta por seu representante legal **ACIR NICOLLI**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 335.512.199-15, RG sob o nº. 2.032.843-6, com sede na Rua Francisco Schelle, nº. 64, Parque São Paulo, na cidade de Cascavel-PR, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar as suas

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

oposto por **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**, já devidamente qualificada, nos seguintes termos.

### **DOS FATOS**

A Recorrente interpôs o presente recurso administrativo em face de decisão em pregão eletrônico em que a empresa RECORRIDA Ecológica Oxigênio Ltda fora declarada vencedora no presente certame no dia 09/04/2024.



---

O Pregão nº 151/2024 serviu para realização de licitação na modalidade “**PREGÃO ELETRÔNICO**”, modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, que tem por objeto “**a aquisição de gases medicinais para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.**”

Conforme o Edital, essa licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital e será regida pela Lei Federal nº 14133, de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

Pois bem, a Recorrente alega que a RECORRIDA não atendeu a **HABILITAÇÃO JURÍDICA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**.

## **I – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

A Recorrente tenta de forma irresponsável desqualificar a **Ecológica Oxigênio Ltda**, que foi declarada habilitada neste processo licitatório, com fundamentação equivocada, alegando que a Recorrida tenta ludibriar essa comissão de licitação, bem como as demais empresas licitantes e que não deverá ser aceito pela Administração.

Alega a Recorrente também, total afronta e desrespeito da Recorrida quanto ao disposto no edital no subitem 2.1.3, deixando de acostar o referido **Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, alegando que foi apresentado a **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Paraná**, que não supre a exigência do item 2.1.3 e que, diante deste fato, a Recorrente indaga a esta D. Comissão e ao Nobre Julgador “**Como foi possível**



aceitar como hábil para cumprimento do subitem 2.1.3, Certidão Simplificada que não ostenta o número de cadastro municipal?”

## **II – DO NÃO ATENDIMENTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Alega a Recorrente **“Da não apresentação de Autorização de Funcionamento para Fabricação e Distribuição de Gases Medicinais pela ANVISA e Licença da Vigilância Sanitária para gases”**., como também que a Vigilância Sanitária apresentada pela Recorrida não atende ao item 10.7.2 do edital.

Ressalta ainda, que a Recorrida se apresentar como uma empresa distribuidora de gases medicinais, sem que possua Licença Sanitária para tanto, é uma afronta ao Princípio de Isonomia, uma vez que o objeto do presente edital é a **“aquisição de gases medicinais para atender a demanda dos Hospital Universitário do Oeste do Paraná.**

Salienta também que o gás **oxigênio medicinal**, entre outros gases, objeto do presente processo licitatório, é Regulamentado pela ANVISA e considerado como medicamento, e que, portanto, há uma legislação específica a se cumprir pelas empresas do ramo.

## **III – NÃO APRESENTAÇÃO DA AFE – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO PRÓPRIA PARA GASES**

Alega a Recorrente que a Recorrida deixou de acostar a sua **AFE – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA para comercializar/distribuir gases medicinais**, contrariando a exigência editalícia, e que a Recorrida trouxe aos autos somente a **AFE da indústria fabricante ou envasadura do produto** ofertado, o que não cumpre a exigência referente ao item 10.7.2 do edital.



---

#### **IV – DA INSTABILIDADE NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO**

Alega a Recorrente, que a plataforma de compras apresentou instabilidade no ato da sessão, impossibilitando-a de ofertar os lances na disputa de preços, sendo certo que neste ínterim de instabilidade o sistema fechou o acesso para a Recorrente, impedindo-a de prosseguir com a disputa de preços para o item 1, quando a Recorrida havia enviado o seu lance.

Pois bem, vamos a verdade dos fatos.

#### **DA HABILITAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – INSTABILIDADE NO PORTAL DE COMPRAS – MANUTENÇÃO DO RESULTADO**

Nobre julgador, temos que a Recorrente não aceitou o resultado da licitação, em que a Recorrida foi declarada vencedora e não tendo o que questionar acerca da lisura do certame, tenta atacar sem qualquer fundamento a Recorrida, de modo que tenta persuadir esta comissão a desclassificar a Recorrida.

A Recorrida cumpriu todas as exigências do Edital, sendo que comprovou deliberadamente a situação fiscal, trabalhista, jurídica e demais requeridas no Edital.

O item 2 do Edital dispõe as condições para participação do certame, vejamos:



## **1. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**1.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**1.2.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e Sistema de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de Certificado Digital conferido pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**1.3.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**1.4.** Recomenda-se a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)), nos termos do Decreto Estadual nº 9452 de 15 de maio de 2015.

**1.5.** Para a habilitação os interessados deverão estar com o cadastro no GMS – Gestão de Materiais e Serviços do Governo do Estado do Paraná completo e não somente o simplificado, será habilitado com o simplificado, somente se for comprovado que o cadastro completo não foi finalizado devido a problemas no GMS. Link para o cadastro completo, <http://www.comprasparana.pr.gov.br>.

**1.6.** No caso previsto no item 2.5, a proponente terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para a realização do cadastro completo, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, sob pena de, se não o fizer, decadência do direito à habilitação. Sendo a fase retornada no certame para o julgamento da proposta da próxima colocada.

**1.7.** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - A REALIZAÇÃO DO PREGÃO do presente Edital.

**1.8.** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**1.8.1.** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**1.8.2.** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.8.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**1.8.3.** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.8.2;

**1.8.4.** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**1.8.5.** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.8.6.** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**1.8.6.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**1.8.7.** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**1.9.** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**1.10.** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**1.11.** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.



---

## I – HABILITAÇÃO JURÍDICA

### Anexo II – Dos documentos

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados pelo sistema de compras eletrônicas conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1. A documentação constante nos itens 2.1 à 2.1.5 e 3 do Anexo II - DOS DOCUMENTOS** poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, tais com o GMS E SICAF, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei e que os documentos relacionados no certificado estejam dentro do prazo de validade.

#### 2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1. Comprovante de constituição da empresa:

2.1.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física, ou;

2.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, ou;

2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

2.2. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso. (Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO)

Conforme se verifica nos itens 1 e 1.1 do edital, fica bem claro que o subitem **2.1.3 – Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou; PODERÁ** ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, tais como o GMS e SICAF, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei e que os documentos relacionados estejam dentro dos prazos de validade.



Quanto a afronta e o desrespeito mencionado pela Recorrente, em apresentar a **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Paraná**, a Recorrida apresentou essa certidão para atender o item 6 do edital, comprovando a situação de ME ou EPP, sendo que a Recorrente sim demonstra total desrespeito com essas posições equivocadas e imprudentes que não merecem prosperar.

O item 3 abaixo deixa bem claro a finalidade da **Certidão Simplificada** apresentada pela Recorrida.

### **3. COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**

**3.1.** Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

**3.2.** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**3.2.1.** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**3.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**3.4.** Na hipótese do item 1.7.2, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**3.5.** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.



**3.6.** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).

## **II – DO NÃO ATENDIMENTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Primeiramente, pertinente citar que a ANVISA não exige AFE para distribuição de gases medicinais, mas tão somente para as empresas envasadoras e fabricantes de gases medicinais, conforme extrai-se do art. 1º da RESOLUÇÃO RDC Nº 671, DE 30 DE MARÇO DE 2022, que dispõe:

Art. 1º Esta Resolução estabelece os critérios mínimos a serem cumpridos pelas empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais, para fins de Autorização de Funcionamento (AFE).

Ainda não há ainda regulamentação da atividade de varejo de gases medicinais pela Anvisa, devido a RDC 09/2010, que alterou a RDC 69/2008, retirar de seu escopo a distribuição e varejo de gases medicinais:

*Este Regulamento se aplica não somente à empresa que produz o gás medicinal, mas a todas aquelas que, sem realizar o processo completo, participam do controle, da elaboração de alguma etapa do processo, como o envase (enchimento) de cilindros, tanques criogênicos e caminhões-tanque.*

A RDC 09, de 04/10/2010 acrescentou também o seguinte item à RDC 69/2008:

“2.4 As atividades de distribuição, transporte e importação de gases medicinais, bem como os critérios para a concessão de Autorização de Funcionamento de Empresa serão regulamentadas por meio de normas específicas”.

Além disso, deve-se observar o disposto na Nota técnica ANVISA 015/2012 as marcações da RDC 16/2014 e um relatório ANVISA de 2013 referente a RDC que trata das demais AFEs, pois conforme dito anteriormente e afirmado inclusive pela própria ANVISA em seu site, no setor de informações e orientações, não existe AFE para distribuidora de gases, motivo que legitima regular habilitação da Recorrida, uma vez que sua documentação estava de





acordo com o previsto na legislação atinente e não violou qualquer requisito disposto no edital.

Portanto, a Recorrida apresentou a AFE da White Martins que é a fabricante e envasadora dos gases medicinais, além de uma declaração da mesma autorizando o uso da referida AFE, demonstrando assim que a empresa **Ecológica Oxigênio Ltda**, está apta e qualificada para atender a demanda de qualquer entidade inclusive atender as exigências deste edital.

### **III – VIGILANCIA SANITÁRIA**

Quanto ao questionamento em relação a Vigilância Sanitária da recorrida, cumpre-nos informar que a Dispensa apresentada se dá de acordo com o Decreto Municipal nº 17156 de 12 de novembro de 2022, que consta na própria Certidão de dispensa apresentada, não sendo possível apresentar a própria Licença Sanitária, mas a certidão demonstrando que a Recorrida cumpre plenamente as exigências sanitárias.

#### **DECRETO Nº 17.156**

**1. Dispõe sobre o processo de licenciamento sanitário considerando a classificação do grau de risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária e dá outras providências.**

**Art. 3º** Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para simplificação dos procedimentos de licenciamento sanitário no âmbito do Município de Cascavel:

- I - Racionalização, simplificação e harmonização de procedimentos e requisitos relativos ao licenciamento sanitário;
- II - Adoção de mecanismos para que as atividades econômicas classificadas como Médio Risco tenham procedimentos para licenciamento sanitário simplificado, a partir de atos declaratórios;
- III - Redução do tempo necessário para o licenciamento sanitário das atividades econômicas de Médio Risco sujeitas à Vigilância Sanitária;
- IV - Dispensa do licenciamento sanitário para as atividades classificadas como Baixo Risco.

### **IV – DA INSTABILIDADE NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO**



---

A instabilidade apresentada pelo pregoeiro ocorreu as 10:04 horas, sendo que a etapa de lances se encerrou as 9:42 horas, não havendo nesse período qualquer tipo de problema para a Recorrida apresentar seus lances, portanto, não cabe buscar através de um recurso, tentar ludibriar o Nobre Julgador por uma possível falha do responsável pelos lances da Recorrente.

### **DO REQUERIMENTO**

Ante ao exposto requer se digne Vossa Senhoria em receber as presentes contrarrazões de recurso administrativo eis que tempestivas e obedecidas as formalidades legais para acatar seus argumentos e NEGAR PROVIMENTO ao recurso Administrativo apresentado por Air Liquide Brasil Ltda, por ser medida de direito e de justiça, mantendo o resultado do certame.

Nestes termos, pede provimento.

Cascavel/PR 17 de abril de 2024.

**ECOLÓGICA OXIGÊNIO LTDA - EPP**

**CNPJ nº. 04.486.774/0001-25**